

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2021.

Ao décimo segundo dia do mês de maio de 2021, através de reunião virtual na plataforma “zoom cloud meeting”, realizou-se reunião ordinária do CMAS, conforme registro de presença em instrumental próprio em anexo, para deliberar a seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da Ata das Reuniões Ordinárias de março e abril de 2021; 2) Preenchimento da vaga de segundo secretário; 3) Apresentação SEAS; 4) Aprovação de Resolução Normativa que dispõe da definição dos parâmetros municipais para inscrição de entidades e serviços; 5) Aprovação de Resolução Normativa que dispõe da alteração do Regimento Interno do CMAS-SV; 6) Comissão de Inscrição: andamento dos processos / revalidações; 7) Comissão Conferência: apresentação de cronograma e demais informações; 8) Assuntos gerais.

O vice presidente Sr. Kléber, solicita inicialmente que as pessoas que estão participando da reunião pela primeira vez se apresentem e identifiquem qual instituição estão representando. As apresentações começam pelo Sr. Renato Azevedo que está representando a organização social NACES/PROCURU; Sra. Reila Rocha, estagiária de Serviço Social, tendo como supervisora a Sra. Carla Regiane e está representando a organização social LAM; Sra. Irene Dias, técnica da secretaria executiva do CMAS; Sr. Vinícius e Sra. Estela, estagiários de Serviço Social, supervisionados pela Sra. Aurora Fernandez, representando o FORTSUAS – BS; Sra. Catarina Martins e Sra. Cibele, estagiárias de Serviço Social, supervisionadas pela Sra. Rosana Leite na SEAS; Sra. Maria, assistente social e representante do FORTSUAS.

Seguindo para o primeiro item da pauta, Sr. Kléber informa que dentre os documentos enviados aos conselheiros, encontra-se a ata da reunião ordinária do mês de março, já a ata referente a reunião ordinária do mês de abril ainda não está pronta. O vice presidente abre à plenária para manifestações referentes à ata de março, não havendo nenhuma manifestação contrária, fica aprovada a ata do mês de março.

No segundo item, Sr. Kléber coloca a plenária a questão da vacância referente ao segundo secretário do conselho, explica que em virtude desta ausência algumas atas encontram-se atrasadas e pergunta aos conselheiros quem teria a disponibilidade de assumir esse lugar. Sr. Kléber aproveita o ensejo e apresenta a Sra. Irene como técnica da secretaria executiva do conselho, Sra. Irene se apresenta e agradece ao conselho diretor e plenária a receptividade no grupo, espera contribuir com o trabalho do conselho. Explica que às quartas-feiras estará disponível as atividades do conselho e esclarece que essa é a primeira vez que faz parte do conselho, anteriormente, todas as vezes em que

42 participou das reuniões ordinárias esteve enquanto vigilância socioassistencial
43 apresentando os relatórios circunstanciados. O presidente explica que a posição
44 de segunda secretária primeiramente deve ser ocupada por um representante
45 do poder público, caso não haja ninguém, pode ser ocupada por algum
46 representante da sociedade civil. Sra. Glaucia pergunta se o conselho já recebeu
47 o ofício da SEAS com as novas indicações, caso a resposta seja positiva, se
48 coloca à disposição para preencher essa posição. O presidente confirma o
49 recebimento do ofício e coloca à plenária para alguma manifestação contrária,
50 não havendo, fica estabelecido que a Sra. Glaucia ocupará a posição de
51 segunda secretária do CMAS-SV.

52 O terceiro item será dividido em três partes, sendo a primeira a
53 apresentação da nova equipe de gestão da SEAS referente às proteções sociais,
54 Sra. Glaucia (assistente social) inicia se apresentando e apresentando a Sra.
55 Cida (assistente social) enquanto assessoras técnicas na diretoria de proteção
56 social especial de média complexidade, tendo como diretores os senhores
57 Elionai e Bruno Pierre; Sra. Vanessa (assistente social) se apresenta enquanto
58 diretora da proteção social especial de alta complexidade; Sra. Edna (assistente
59 social) se apresenta enquanto diretora da proteção social básica e Sra. Rosana
60 Leite (assistente social) se apresenta enquanto diretora de gestão do SUAS. A
61 segunda parte se refere a questão da apresentação do relatório circunstanciado,
62 na reunião ordinária do mês de março, dentro do seguimento da média
63 complexidade, alguns questionamentos referentes ao atendimento prestado pela
64 organização Alfa e Ômega. O presidente contextualiza explicando que a SEAS
65 comunicou ao conselho o recebimento de e-mail da entidade citada, o que fez
66 com que o CMAS encaminhasse um ofício à SEAS solicitando informações e
67 documentos relacionados ao atendimento realizado pela organização. Sra.
68 Glaucia informa que até o momento a SEAS está aguardando a devolutiva da
69 entidade Alfa e Ômega, e que a secretaria propõe que o relatório circunstanciado
70 seja aprovado com a ressalva de permanecer em análise apenas a parte
71 referente ao atendimento para os adolescentes e jovens em cumprimento de
72 medidas socioeducativas realizado pela organização Alfa e Ômega. A secretaria
73 coloca essa proposta por entender que para não haver prejuízo em relação aos
74 recursos firmados para os demais serviços, os quais já foram aprovados na
75 apresentação, que o relatório possa ser encaminhado à DRADS com essa
76 ressalva de após a análise do conselho e da secretaria o encaminhamento
77 apenas da parte referente às informações do atendimento prestado pela
78 organização Alfa e Ômega. O presidente coloca a proposta para votação aos
79 conselheiros, não havendo manifestações contrárias, a proposta é aprovada.
80 Seguindo para a última parte da apresentação da SEAS, Sra. Glaucia coloca a
81 informação referente aos chamamentos públicos que serão abertos referentes
82 aos seguintes serviços: * Serviço de abordagem social para crianças e
83 adolescentes (abrangendo o público que encontra-se em situação de rua e no
84 trabalho infantil); * Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI's (90

85 vagas); * Residência Inclusiva (10 vagas); * Serviço de acolhimento para
86 crianças e adolescentes (40 vagas). Sra. Glaucia ressalta que também haverá
87 um chamamento público referente à gestão compartilhada, trabalho atualmente
88 realizado pela organização ABRASCE nos serviços de acolhimento de crianças
89 e adolescentes e de população adulta e o serviço de abordagem social. Devido
90 aos apontamentos efetuados pelo Ministério Público, o chamamento para a
91 execução destes serviços será feito de forma desmembrada, com isso podendo
92 ser executado por organizações diferentes. Sr. Kléber questiona quando esses
93 chamamentos serão publicados? Sra. Glaucia explica que acredita que serão
94 publicados logo, uma vez que estão apenas sendo finalizados os trâmites legais.
95 O presidente explica que após a publicação, existe o prazo de trinta dias para a
96 abertura dos envelopes, onde são definidas as organizações que executarão os
97 serviços. Sra. Lilian questiona se haverá um chamamento para a gestão
98 partilhada e outro para mais vagas nos serviços de acolhimento para crianças e
99 adolescentes? Sra. Glaucia explica que não é isso, haverá sim dois
100 chamamentos separados, sendo um para a execução da gestão partilhada nos
101 serviços de acolhimentos municipais e um chamamento para os serviços de
102 acolhimento para crianças e adolescentes da rede privada, a única diferença é
103 no chamamento público referente às ILPI's em virtude do aumento de vagas,
104 passando do número de 71 para 90 vagas.

105 Sra. Alessandra, representante do CAMP/SV questiona sobre o
106 chamamento público para os serviços de convivência para crianças e
107 adolescentes? O presidente explica que o processo permanece no
108 departamento jurídico da prefeitura, pois ele foi realizado no mês de
109 novembro/2020, para a celebração de assinatura em dezembro; porém ele está
110 sendo reavaliado. Existe a possibilidade de haver alguma devolutiva por parte
111 da prefeitura nos próximos dias.

112 Sr. Kléber questiona sobre a entidade que atualmente a gestão partilhada
113 dos serviços municipais já foi comunicada sobre os chamamentos públicos? O
114 presidente explica que o contrato com a organização ABRASCE, responsável
115 por estes serviços encerrou no final do mês de março, sendo efetuado um termo
116 aditamento até o mês de julho; no entanto, a organização já foi notificada da não
117 continuidade do contrato e, no termo de aditamento existe uma cláusula que
118 informa que mesmo tendo um prazo até o mês de julho, o termo pode ser
119 finalizado à partir do momento que forem escolhidas as novas organizações nos
120 chamamentos públicos.

121 No quarto item da pauta o vice presidente Sr. Kléber explica que até o
122 momento a resolução normativa nº 14 do Conselho Nacional de Assistência
123 Social, a qual dava o embasamento e parâmetros para a inscrição das entidades,
124 ou de seus programas, projetos e serviços no CMAS-SV. No município de São
125 Vicente, existe a resolução nº 10/2014 que dispõe sobre os modelos de
126 requerimentos, do plano de ação e do relatório de atividades. A comissão de

127 inscrição tem uma preocupação em relação aos prazos, bem como observa a
128 falta conhecimento das entidades sobre essas resoluções. Diante disso, a
129 comissão de inscrição juntamente ao conselho diretor desenvolveu uma minuta
130 de resolução normativa que estabelece os parâmetros, critérios e prazos no
131 processo de inscrição das entidades no CMAS-SV. O vice presidente ressalta
132 que as informações contidas em sua maior parte permanecem iguais à resolução
133 nº 14 do CNAS e, apenas foram feitas algumas adequações referentes à
134 realidade municipal, tendo destaque dois pontos importantes, um se refere aos
135 prazos para análise, devolutiva, resposta das entidades, recursos, etc. O outro
136 ponto é a exigência da apresentação de registro no CMDCA para as entidades
137 que inscreverem serviços, programas ou projetos que atendam crianças e
138 adolescentes. Sra. Alessandra questiona aos conselheiros presentes se foi
139 realizada a leitura do documento e, solicita a manifestação dos mesmos, reafirma
140 que o documento vem suprir algumas necessidades da comissão de inscrição,
141 especialmente no que se refere aos prazos. O presidente aproveita o ensejo e
142 coloca que uma pergunta recebida frequentemente pelas entidades se refere aos
143 prazos para o tramite de inscrição, por isso a resolução vem para regimentar
144 esse procedimento. Ressalta ainda que a participação dos conselheiros nas
145 comissões é mínima e que quando a pessoa se dispõe a ser conselheiro do
146 CMAS está descrito no regimento interno que minimamente é necessário
147 participar de duas comissões. Inclusive o presidente informa que Sr. Marlon
148 administrativo do conselho efetuará contato com todos os conselheiros para
149 saber em qual comissão terão participação. Em análise com a plenária, são
150 realizadas algumas alterações, mais especificamente no art. 17º que trata sobre
151 a revalidação da inscrição, parágrafo 5º foi suprimido devido o fato de que a
152 declaração não será fornecida após o deferimento, e sim logo após o vencimento
153 da declaração anterior, desta forma, as entidades que entregaram a
154 documentação dentro do prazo não terão prejuízos em sua inscrição. Contudo,
155 Sra. Lilian ressalta que as entidades precisam entregar a documentação dentro
156 do prazo estabelecido pelo CNAS, bem como a revalidação automática não
157 impede o cancelamento da inscrição caso à análise da documentação sugira o
158 indeferimento.

159 Sr. Rodrigo, representante do Lar de Amparo ao Idoso coloca a proposta
160 da comissão efetuar o deferimento “provisório” da inscrição nos casos em que
161 as entidades tenham entregado boa parte da documentação; exemplifica
162 colocando outros órgãos que já realizam este tipo de trâmite. O presidente
163 explica que essa situação de deferimento com ressalva já é feito pelo conselho
164 nos casos em que a comissão faz a sugestão ou quando a plenária entender que
165 é necessário. Inclusive o presidente cita o exemplo da Amadef, a qual no
166 momento do pedido de inscrição não atendia os critérios em sua totalidade,
167 porém a comissão e a plenária entenderam que deveria ser deferida a inscrição
168 com ressalva, determinando um prazo para as adequações necessárias.

169 Sra. Suzana coloca sua insegurança em relação à aprovação da
170 resolução, uma vez que observou que a Sra. Alessandra e a Sra. Irene estão
171 com documentos diferentes do que está sendo apresentado, entende que
172 necessitaria de mais tempo para análise do documento. O presidente explica
173 que o documento que está sendo apresentado é o mesmo que foi enviado aos
174 conselheiros por e-mail, porém o documento que foi citado pela Sra. Alessandra
175 e Sra. Irene foi a primeira versão da resolução, anterior a que foi encaminhada.

176 Sra. Alessandra coloca que já encontrou o artigo em seu documento,
177 porém ele consta no número 13, aproveita e solicita que seja incluído na parte
178 onde trata sobre a revalidação que sejam entregues todos os documentos,
179 incluindo a ata de eleição e posse e estatuto social. Sra. Irene esclarece que a
180 sua resolução é igual a da Sra. Alessandra.

181 Sra. Lilian solicita que no item que cita os documentos necessários para
182 a revalidação no relatório de atividades, seja inserida a listagem dos usuários
183 atendidos, constando nome e número do NIS.

184 Sr. Lázaro coloca que dentro da comissão de inscrição tem observado nos
185 estatutos sociais enviados pelas entidades, que alguns estatutos tem situações
186 que regem por cinco anos as diretorias e conselho fiscal, sendo o último dividido
187 em três diretores e dois conselheiros fiscais, e isso é totalmente inviável constar
188 no estatuto segundo o novo marco regulatório de 2012, e em 2014 entrou em
189 vigor a lei nº 13.019 e em 2015 a lei nº 13.029 que obriga os estatutos sociais,
190 as finalidades estatutárias estarem de acordo com a prestação de contas e com
191 as regras estatutárias de diretoria e conselho fiscal, os estatutos precisam estar
192 adequados por lei. Entende ser importante essa informação constar na
193 resolução, uma vez que tem observado entidades que renovaram seus estatutos
194 novamente por cinco anos, sendo que se a documentação não está regularizada
195 de acordo com a lei, essas entidades até conseguem participar de editais
196 públicos, porém no momento da prestação de contas são barrados. Sugere que
197 essa informação referente aos estatutos seja colocada para o próximo ano,
198 seguindo as legislações pertinentes.

199 Sra. Suzana sugeriu que seja realizada a chamada dos conselheiros para
200 a votação sobre a resolução normativa. Inclusive lembra que havia sido
201 estabelecido que seria enviado uma listagem com os membros do conselho e
202 até o momento não recebeu. O presidente explica que a lista não foi enviada
203 pois faltam as algumas indicações do governo, sendo que os representantes da
204 sociedade civil permanecem os mesmos.

205 Diante do exposto, é realizada a chamada nominal dos conselheiros e os
206 mesmos efetuam seu voto de maneira individual, sendo seis votos a favor da
207 aprovação e um voto contrário. Concluindo foi aprovada a resolução normativa.

208 No quinto item da pauta está a aprovação do regimento interno, porém
209 este item será analisado na próxima reunião ordinária.

210 No sexto item a comissão de inscrição realiza a apresentação do trabalho
211 desenvolvido no período, utilizando o recurso visual da planilha, inicia-se com as
212 entidades que solicitaram a revalidação da inscrição, sendo as seguintes: LAM
213 – deferimento; Alfa e Ômega – em análise (realizada reunião virtual para
214 orientações e a comissão aguarda o envio do relatório de atividades do
215 atendimento da média complexidade); Adesaf – deferimento; Casa Crescer e
216 Brilhar – deferimento; Amadef – em análise; CAMP/SV – em análise; APAE
217 (Residência Inclusiva) – em análise; NUMEC – em análise e VIP – em análise.
218 Já as entidades que solicitaram inscrição, seguem os pareceres da comissão:
219 Lar Vicentino – deferimento; Associação Filhos de Aruanda – indeferimento; Lar
220 de Amparo ao Idoso – deferimento; Associação Flor do México – em análise e
221 Sociedade de Melhoramentos dos Moradores do Distrito de Samaritá – em
222 análise. Cabe ressaltar que todas as informações referentes as análises de
223 forma detalhada constam no relatório elaborado pela comissão.

224 Sr. Rodrigo agradece a atenção da comissão e ao conselho diretor do
225 conselho, parabeniza o trabalho e faz o convite aos conselheiros para que
226 realizem uma visita ao espaço da organização após superarmos esse momento
227 de pandemia.

228 Sr. Renato, representante da organização NACES/PROCURU, questiona
229 sobre o fato de não ter visualizado sua organização na lista, uma vez que foi
230 enviado os documentos. O presidente explica que o técnico enviou um e-mail
231 com a documentação, porém pediu para desconsiderar que posteriormente
232 enviaria a documentação com as adequações.

233 Sra. Cida representante da Amadef agradece ao conselho e pede
234 desculpas pelo fato de ter enviado a documentação ao final do prazo. Sr. Kléber
235 intervém e coloca que após a prorrogação do prazo de revalidação pelo CNAS
236 até dia 31/12/21, não houve atraso na entrega.

237 Após todas as manifestações o relatório da comissão é colocado para a
238 votação, sendo aprovado por unanimidade.

239 Sra. Suzana pontua que no momento do convite aos conselheiros para
240 participarem das comissões, que seja levando em consideração que a comissão
241 da conferência, apesar de não ser permanente, demanda bastante trabalho por
242 parte dos membros envolvidos.

243 No sétimo item da pauta, a comissão da conferência realiza apresentação
244 dos trabalhos, o presidente inicia apresentando as duas resoluções, uma se
245 refere a convocação para a conferência municipal e a outra trata sobre o
246 regimento interno da conferência, o qual será aprovado no dia da conferência. A
247 comissão entende que a conferência deverá acontecer no dia 13/08/21, sexta-
248 feira, prazo limite para a realização das conferências municipais. O prazo para a
249 organização é curto. A conferência municipal será transmitida virtualmente,
250 sendo utilizado o espaço da plenária da Câmara Municipal, havendo

251 primeiramente um momento para tratar sobre a temática, na sequência o
252 momento para o trabalho dos grupos e finalizando com a plenária final e eleição
253 dos delegados. Sobre as pré-conferências, a comissão pensou que elas devem
254 ocorrer nos territórios, tendo por base os cinco CRAS, sendo que os encontros
255 preparatórios aconteceriam nas entidades que atuam nestes territórios. A
256 orientação é que esses encontros aconteçam de forma virtual, porém se o
257 espaço possibilitar as condições sanitárias pode acontecer de forma presencial;
258 especialmente pensando na demanda atendida que não tem acesso à internet.
259 Esses encontros seriam realizados no período do final do mês de junho até a
260 primeira semana de julho para que possa ser feita a pré-conferência daquele
261 território (período de 28/06 à 09/07), neste espaço em cima das propostas feitas
262 nas entidades, serão escolhidas as propostas que serão levadas a conferência
263 municipal. Desta forma a comissão possui tempo hábil para compilar todas as
264 propostas e organizar outras etapas da conferência. A comissão também pensou
265 em um material de apoio para ser utilizado nos encontros, bem como um material
266 de divulgação da conferência. Outra sugestão da comissão é que o espaço do
267 conselho seja utilizado para iniciar o primeiro encontro preparatório para a
268 conferência. O presidente abre a plenária para manifestações. Sra. Irene coloca
269 sua preocupação com relação aos materiais e a logística para a realização das
270 pré-conferências de maneira virtual, sendo necessária uma organização prévia.
271 Sra. Mary Hellen coloca que será muito difícil a realização dos encontros de
272 forma virtual, uma vez que as famílias atendidas pela VIP residem em terrenos
273 de ocupação e em sua grande maioria não possuem acesso à internet; Além do
274 fato do sinal não ser de boa qualidade e apresentar certa instabilidade. Por este
275 motivo, alega que será possível realizar os encontros presenciais, com grupos
276 pequenos, respeitando todas as normas sanitárias.

277 Sra. Suzana coloca para a Sra. Mary Hellen a proposta de dividir os
278 responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidos em grupos pequenos e
279 realizar esses encontros preparatórios, registrando as informações em
280 instrumental específico. Ressalta que cada CRAS e território tem suas
281 especificidades e que isso tem que ser considerado na organização das pré-
282 conferências.

283 O presidente abre para manifestações da plenária quanto as resoluções
284 da conferência e votação, não havendo nenhuma questão contrária, aprovadas
285 as resoluções normativas.

286 Seguindo para o oitavo e último item da pauta assuntos gerais, Sr. Kléber
287 informa que a prefeitura de São Vicente, através da secretaria de planejamento,
288 procurou o conselho para que seja realizada a publicização das informações
289 referentes às convocações para as reuniões ordinárias, as atas, resoluções
290 normativas e outros documentos num espaço destinado aos conselhos
291 municipais dentro do site da prefeitura. Houve uma reunião com a secretaria de
292 planejamento onde já foram inseridas as informações do conselho no site da

293 prefeitura. Com isso, todos os conselheiros e demais membros já podem ter
294 acesso a todas as publicações. O presidente destaca que o CMAS é o conselho
295 que apresenta mais informações no site. Na sequência a Sra. Maria Bueno,
296 representante do FORTSUAS solicita a palavra, primeiramente explica que faz
297 parte do conselho municipal dos usuários dos serviços públicos de Santos, e
298 coloca que em breve esse conselho terá que existir em todos os municípios.
299 Dentro deste conselho representa a parte da cidadania, que abrange todos os
300 serviços da assistência social municipais, no contexto, faz os seguintes
301 questionamentos, o primeiro mais direcionado aos trabalhadores do SUAS é se
302 em São Vicente existe o plano de cargos, carreiras e salários? Segundo, os
303 benefícios eventuais estão regulamentados no município? E terceiro, o município
304 dispõe de lei municipal do SUAS, porém a mesma não está sendo executada de
305 fato, como fazer para que a lei seja colocada em prática? Sra. Irene explica que
306 ainda não temos o plano de cargos, carreiras e salários, já houveram alguns
307 movimentos dos trabalhadores, inclusive com a participação do Sr. Flavio
308 Saraiva, que faz parte do sindicato dos servidores de Santos, porém essa
309 questão também depende da reforma administrativa, a qual está em tramite na
310 Câmara Municipal.

311 Em relação à lei municipal do SUAS, Sra. Rosana Leite explica que a
312 demanda partiu da própria gestão, a qual na ocasião era formada
313 majoritariamente por servidoras públicas, incluindo a própria secretária de
314 assistência. Fator que foi de extrema importância para a fomentação da lei e
315 sua aprovação em 2016. Na ocasião ocorreram algumas alterações na lei, as
316 quais comprometeram um pouco um pouco a garantia de direitos, especialmente
317 no que se refere ao plano de cargos e carreiras; porém foi garantida a ferramenta
318 da mesa de negociação, sendo que utilizando essa ferramenta com a
319 organização dos trabalhadores, foi possível trazer algumas propostas para o
320 secretário e para o prefeito e, dentro dessas propostas, está o comprometimento
321 desta gestão municipal com o andamento da questão do plano de cargos,
322 carreiras e salários, inclusive existe uma comissão especial na Câmara para as
323 questões da assistência social. Concomitante a isso existe um grupo de
324 trabalhadores da SEAS que já vem se organizando em cima de alguns
325 documentos, para que essa comissão especial de vereadores chame os
326 trabalhadores para uma audiência pública para a construção desse plano de
327 cargos. Contudo, esse plano precisa estar alinhados com outras legislações
328 municipais, as quais atualmente caminham em direções diferentes. É necessário
329 também regulamentar os benefícios eventuais, até para que possam estar
330 contemplados de maneira adequada dentro do orçamento municipal. Sra.
331 Rosana Leite finaliza reafirmando a importância da organização dos
332 trabalhadores nesse processo de implantação e regulamentação da lei
333 municipal, o diálogo com todas as esferas governamentais, poder executivo e
334 legislativo e a escuta dos usuários garantindo assim a paridade na participação
335 da construção da política pública.

336 Sra. Suzana agradece a participação da Sra. Maria Bueno representando
337 o FORTSUAS e reafirma que é muito importante essa questão da lei municipal
338 estar presente no conselho, até para conhecimento dos conselheiros, inclusive
339 inseriu no grupo o documento referente à lei municipal do SUAS para que todos
340 possa ter acesso e auxiliar nesse percurso de sua regulamentação no município
341 de São Vicente.

342 Ainda nos assuntos gerais, Sr. Marcos representante da Alfa e Ômega faz
343 um convite para o dia 18 de Maio (Dia Nacional de Luta contra o Abuso Sexual
344 às Crianças e Adolescentes), onde acontecerá uma ação no semáforo próximo
345 a lagoa na área continental, será realizado um “Drive in do Direito”, com a
346 participação do conselho tutelar, respeitando todas as orientações sanitárias. O
347 outro convite é para os dias 26 e 27 de maio onde será realizado um fórum virtual
348 (página do CMDCA nas redes sociais) com a participação do Dr. Rodrigo Sales
349 (juiz da vara da infância e juventude de São Vicente) e Sr. Marcelo Nascimento
350 (ex conselheiro tutelar e coordenador do fórum dos conselheiros de direitos do
351 estado de São Paulo).

352 Sra. Aurora, representante do FORTSUAS faz o convite para uma
353 atividade virtual em comemoração ao dia do assistente social (15 de Maio), que
354 ocorrerá no dia 13/05 com a participação da Prof^a Maria Carmelita Yasbek, no
355 canal do Youtube da livraria Cortez. Aproveita o ensejo e manda um abraço
356 repleto de solidariedade e acolhimento a todos os assistentes sociais do
357 município de São Vicente.

358 Sras. Rosana Leite e Glauca aproveitam para parabenizar à todos os
359 assistentes sociais e psicólogos pelos nossos movimentos de luta e resistência
360 e desejam à todos muita saúde, imunidade e força para que seja possível
361 atravessar essa pandemia.

362 Sendo assim, o presidente encerra a reunião.

363 Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

364 1^a Secretária CMAS.

Convocação
Reunião Ordinária

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, em conformidade com o cronograma previsto na Resolução Normativa nº. 04/2021, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **12 de maio de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* segue abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1TYIDo0lcBBXWyblog1sd6W2oeVQCSeRr?usp=sharing>

Pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata das Reuniões Ordinárias de **março** e **abril** de 2021;
2. Preenchimento da vaga de segundo secretário;
3. Apresentação SEAS;
4. Aprovação de Resolução Normativa que dispõe da definição dos parâmetros municipais para inscrição de entidades e serviços;
5. Aprovação de Resolução Normativa que dispõe da alteração do Regimento Interno do CMAS-SV;
6. Comissão de Inscrição: andamento dos processos / revalidações;
7. Comissão Conferência: apresentação de cronograma e demais informações;
8. Assuntos gerais.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 30 de abril de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV